

TERRITÓRIO DE POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS
NO ARQUIPÉLAGO DE MARAJÓ



boletim informativo

AGOSTO
2014

7

DIREITOS TERRITORIAIS

**NOVA CARTOGRAFIA
SOCIAL DA AMAZÔNIA**

PROJETO

**Mapeamento
Social**

como Instrumento
de Gestão Territorial
contra o Desmatamento
e a Devastação

PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE POVOS
E COMUNIDADES TRADICIONAIS



Território de povos e comunidades tradicionais no arquipélago de Marajó

boletim informativo

NÚMERO 7 . AGOSTO 2014

COORDENADOR GERAL

Alfredo Wagner Berno de Almeida

EDIÇÃO

Rosa E. Acevedo Marin
Elia Teles Rodrigues

TRABALHO DE CAMPO

Rosa E. Acevedo Marin
Elia Teles Rodrigues
Thamirys Di Paula Cassiano de Matos

FOTOGRAFIA

Rosa E. Acevedo Marin
Elia Teles Rodrigues
Maria do Socorro da Conceição Cardoso

GEORREFERENCIAMENTO

Neirevaldo Nascimento de Andrade
Elia Teles Rodrigues

TRANSCRIÇÃO

Elia Teles Rodrigues
Thamirys di Paula Cassia no Matos
Fabiana Carrão
Everton Teles

ELABORAÇÃO DO MAPA

Thiago Alan Guedes Sabino
Elia Teles Rodrigues
Rosa E. Acevedo Marin

COLABORADORAS

Maria do Socorro da Conceição Cardoso
PPGSC – UFPA
Rosane de Oliveira Martins Maia
PPGDSTU – NAEA – UFPA
Daiana Brito dos Santos
PPGDSTU – NAEA – UFPA

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

DESIGN CASA 8

O Boletim **Território de Povos e Comunidades Tradicionais no Arquipélago de Marajó** destaca diversas situações sociais e experiências de organização de quilombolas, pescadores, extrativistas, ribeirinhos e moradores de cidades. O trabalho resulta de pesquisas recentes nos municípios de Breves, Curralinho, Portel, Melgaço, Cachoeira do Arari (2008 – 2014) e de estudos anteriores realizados em Salvaterra, Soure, Ponta de Pedras, São Sebastião do Arari entre 2003 – 2014 e, ainda, em municípios fronteiriços, como Oeiras do Pará e no Estado do Amapá. Diversas realidades localizadas convergem para o debate sobre os direitos territoriais de povos tradicionais obliterados pelas políticas ambientais, referem-se observações e narrativas sobre a devastação acelerada dos recursos madeireiros, de destruição das cabeceiras de rios e igarapés, de exploração de areia, intensificação da exploração da fauna e ictiofauna, apropriação privada dos açais “nativos” e expansão da monocultura de arroz irrigado empreendido pelo agronegócio.

As reuniões, encontros, oficinas com quilombolas, pescadores, extrativistas definiram como objetivos: primeiro, compreensão das transformações sociais e conflitos por recursos naturais que estas categorias identificam como inviabilizadoras de sua existência material e cultural; segundo, as intervenções e enquadramento pelo Estado, em sentido contrário às formas de organização social e às reivindicações territoriais dos grupos e suas unidades de mobilização. Diversas realidades fatuais observadas entre quilombolas, pescadores, agricultores, extrativistas, seringueiros, andirobeiras, catadores, informam que estes agentes sociais são enquadrados pela política ambiental que os transforma em “usuários”, “moradores de Unidade de Conservação”, “assentados” subordinados e tutelados pelos agentes estatais (IBAMA, ICMBio, INCRA, SPU) e à legislação ambiental cujas cláusulas colidem, frequentemente, com as práticas sociais de utilização dos recursos naturais. Este campo de reflexão aponta, como uma das constatações, o não reconhecimento ou o reconhecimento inapropriado dos direitos desses agentes sociais pelos órgãos governamentais, o que pode constituir uma forma de opressão e resulta em conflitos sociais.



Senhores Teodoro Lalor de Lima e Osvaldo Batista em reunião com o Procurador Felício Pontes Jr., no MPF para reivindicar intervenção na situação de conflito dos quilombolas dos rios Arari e Gurupá com os fazendeiros.

Lista de Participantes

Encontro Regional Internúcleos em Macapá – Direitos territoriais e direitos ambientais como instrumentos para povos e comunidades tradicionais – 24 e 25 de abril de 2012

MARIA SANTANA DA COSTA BARBOSA, NEIREVALDO N. DE ANDRADE, MORISALBERTE DE JESUS CARVALHO, JUSTA PANTOJA DE OLIVEIRA, MARIA DINALVA DO N. ANDRADE, ADILSON DO NASCIMENTO ANDRADE, RAIMUNDO EDSON DE BRITO, JOÃO PEDRO DE M. ALCÂNTARA, ANALÚ BATISTA DOS SANTOS, JÚLIO TADEU DIAS MORAES, LUZIA BETANHA ALCÂNTARA, JOÃO ANTONIO TAPAJÓS, PEDRO RAMOS DE SOUSA, SEBASTIÃO MENEZES, DECLEUMA LOBATO, MARIA DE LOURDES SANCHES VULCÃO, ALMIRO ALVES ABREU, IZONETE S. DE SOUZA SEPHORA, ELIANA TELES RODRIGUES, RAIMUNDA NEGRÃO CAMPOS, MARIA DO SOCORRO CONCEIÇÃO CARDOSO, ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN FRANCISCO ASSIS DOS SANTOS BANHA.

Encontro Internúcleos de Portel – Conflitos Socioambientais em Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamento Agroextrativistas na Ilha de Marajó – 2 a 5 de outubro de 2012

ADILSON DO NASCIMENTO ANDRADE, MARIA DINALVA DO NASCIMENTO ANDRADE, MARIA EUZEBIA DE ANDRADE, NEIREVALDO NASCIMENTO DE ANDRADE, VALMA LUCILENA PINHEIRO TELES, JUCIELE PANTOJA DE OLIVEIRA, RAIMUNDO ELINALDO DE JESUS RIBEIRO, JUSTA PANTOJA DE OLIVEIRA, ROSALIA DE JESUS OLIVEIRA, MORISALBERTE DE JESUS CARVALHO, MARIA DE FATIMA DE JESUS SOUZA, MARIA DAS GRAÇAS DE JESUS CARVALHO, ANTONIO VAZ DE CARVALHO, ANA RAFAELA LAFAIETE FIALHO, ANDRELINA FERREIRA DE ALMEIDA, GRACIOSINA COSTA DA SILVA CORREIA, SULAMITA FERREIRA BAHIA, NATANAEL BARBOSA, NINA ROSAS CARNEIRO, ELIZANGELA B. DA SILVA VASCONCELOS, NAIR DA COSTA CORREIA, OSVANIA PEREIRA CORREIA, MARIA DE LOURDES SANCHES VULCÃO, MARIA BETANHA CARDOSO BARBOSA, IRISLANE PEREIRA DE MORAES, ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN.

II Encontro Regional na Ilha de Marajó – Direitos territoriais e direitos ambientais nas estratégias para evitar o desmatamento – 2 a 3 de julho de 2013

JUSTA DE OLIVEIRA PANTOJA, NEIREVALDO NASCIMENTO DE ANDRADE, MORISALBERTE DE JESUS CARVALHO, MANOEL BAIA PANTOJA, HAROLDO JUNIOR, ELIZANGELA B. SALES VASCONCELOS, JULIO TADEU DIAS DE MORAES, MARIA DE FATIMA GUSMÃO BATISTA, RAIMUNDO ELINALDO DE JESUS RIBEIRO, MARIA DE FATIMA DE JESUS SOUZA, HAROLDO JUNIOR MIRANDA DA CONCEIÇÃO, DEONATA BAIA MACHADO RAMALHO, JUCIELE PANTOJA DE OLIVEIRA, MARIA DAS GRAÇAS DE JESUS CARVALHO, ANTONIO FREITAS, MARIA NAZARE PINHEIRO DE JESUS, MANOEL DO S. N. DOS ANJOS, JOÃO FERNANDES FERREIRA DE JESUS, GILVANDRO DE JESUS SOUZA, MANOEL DA ANUNCIACÃO SOARES, GUARACY DA SILVA MOREIRA, ELIANA TELES RODRIGUES, THAMIRYS DI PAULA CASIANO DE MATOS, ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN.

O senhor Teodoro Lalor de Lima, presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Rio Gurupá (ARQUIG), foi assassinado em Belém, no dia 19 de agosto de 2013, no bairro da Cabanagem. Havia sido preso três vezes, e segundo suas declarações públicas foi levado a prisão a mando do fazendeiro Liberato Magno da Silva Castro. Ameaçado de morte estava no Programa Estadual de Defensores Públicos dos Direitos Humanos



Suzana Dias dos Santos, Bernardina Dias Santos, Manoel Camilo Dias dos Santos, Dalvina Moraes dos Santos

Quilombolas do arquipélago do Marajó: titulação de território quilombola, obstáculos e estratégias de ação

A gente tem que correr atrás do nosso direito

DEONATA BAIJA MACHADO RAMALHO
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DE IGARAPÉ PRETO E BAIXINHA (2000 – 2003)

“Bom dia a todos e a todas! Eu vou começar dizendo de uma luta que tem hoje no Pará inteiro sobre a nossa titulação. Porque assim, o que a gente viu gente, o que já foi dito pelos nossos irmãos que pretende um documento do território pra poder ter o direito de lutar pela sua agricultura, pela pesca, pelas políticas. Que na realidade hoje só consegue o povo quilombola através do documento chamado título, duma Certidão da Palmares, sem isso nossa luta pelos nossos territórios ela não tem valor. Mas, perante a lei pra buscar o desenvolvimento que a política nacional e até estadual depende desse chamado documento legal que é o título definitivo. E pra dizer para vocês que em 2000 nós começamos um trabalho na minha região com três associações quilombolas que foi constituído, inclusive pela luta através da Universidade, que foi o NAEA, e a gente começou a buscar esse documento por causa da situação que lá na minha região estava tudo invadida pelo madeireiro. Nós tava perdendo o nosso território aí a gente chegou no ITERPA e pediu a nossa titulação particular, nós não conseguimos. Em 94 nós fomos convidado para um encontro que foi ali no Padre Guido, acho que foi o primeiro ou a segundo Encontro das Comunidades Negras do Pará, onde lá tava todo negro paraense e lá a gente conheceu o artigo 68 que dava o direito a nossa titulação, um artigo que foi criado na Constituição e esse artigo estava vedado. E através desse movimento que aconteceu no Pará a gente foi buscar o artigo 68 que foi o elemento, que serviu até hoje principalmente pra nossa titulação. Então através do artigo 68, que era uma titulação coletiva e que é, nós tivemos uma luta lá na nossa comunidade.

E foi dizendo ao povo de cada comunidade, em reunião dia de domingo, dizendo pra eles que era o melhor caminho pra nós conseguir esse documento que desse direito de conseguir o nosso território por causa da madeireira; ter um documento pra dizer: ‘Olhe, isso aqui é nosso não é de vocês’. Através disso, nós tivemos ainda um conflito muito grande onde eu até hoje sou ameaçada de morte. Durante a titulação eu tinha que morrer em 24 horas, tinha pistoleiro atrás de mim, eu ficava mais em Belém do que na minha comunidade, perdendo o meu marido, a minha família

Participantes na Mesa: Quilombolas do Arquipélago do Marajó: titulação de território quilombola, obstáculos e estratégias de ação de direita à esquerda: Maria de Fátima de Jesus, Deonata Baia Machado Ramalho, Neirevaldo Nascimento, Manoel N.S. dos Anjos, Maria de Fátima Gusmão Batista e Haroldo Júnior



dizendo pra mim que eu tinha que morrer. Até hoje quando se fala em território, o conflito é perigoso. A minha região hoje é uma região que está cheio de pistolagem.

Eu tive que quebrar café, xícara na mesa do governo do Dr. Almir Gabriel, com ITERPA, com o INCRA, quebrando botando pra quebrar mesmo, se nós não fizesse isso... Quem era o presidente do ITERPA naquela época? O Ronaldo Barata. Então através da gente disponível a morrer, mas querendo a documentação, mesmo e nos foi entregue o documento pra nós legal, mas nós estamos recebendo esse documento e que foi na realidade dependendo do Estado porque a nossa área é ITERPA, dependendo do Estado, dependendo do INCRA, porquê? Tudo que vocês colocaram aqui gente, através de movimento que vocês já fizeram, depende de nós unidos? Depende, sim!

Eu acho que daqui o caminho é nos unir. A titulação do INCRA é uma titulação muito, muito difícil, a do ITERPA é difícil, mas do INCRA é mais. Aí nós fomos em Salvaterra fazer manifesto, assim mesmo com o nosso manifesto o vereador, prefeito se aproveitou daquelas comunidades, levou nós pra prefeitura de Soure deu coquetel, sei lá o quê-desviando a organização dos nossos irmãos de Salvaterra. Tem a Bety, companheira, tem o seu Lalor que até hoje é ameaçado pelo fazendeiro, nós denunciávamos o fazendeiro no caminho, a gente ia pra Soure. Então, na realidade toda titulação de território quilombola é conflituosa, eu não sei como é que está a de vocês, se vocês têm madeireiro.

Então, gente, depende muito de nós, mas também depende dos nossos governantes nacional e estadual, porque a nossa titulação difícil dependeu do Estado. No momento que pra nós cortar o nosso pico, os nossos companheiro, pobre quilombola! Que não assumiram ser quilombola, foram individual, a favor da madeireira, eles ficaram individual e criaram um grupo contra a gente. Então, essa luta

pra acontecer na minha área, de 37 mil hectares, ela foi reduzida pra 17 mil hectares, de 12 comunidades quilombola grandes que tem na minha associação.

Então, os outros nossos irmãos, nós tivemos através do nosso advogado o Gerônimo Treccani, o quê aconselhou pra nós? Pra nós entrar num acordo: 37 mil hectares, mas ficar lá no ITERPA requerido, então embora titular 17 mil hectares. Então, eu acredito gente, nós, sim somos seres humanos, quando nós entra voluntariamente, sem ganhar nada, pra dar essa contribuição de luta pra buscar o direito territorial, a política pública federal, estadual e municipal, nós temos que ser disponível.

Sempre o quilombola tem que ter o seu quilombo, por isso se chama quilombola, aonde ele vive lá no quilombolazinho dele é o quilombo dele. É lá que ele vive lá que ele cria o porco, a galinha, enfim, pra ele sobreviver. Se ele não tem um pedacinho de terra ele não é quilombola, ele tá dentro da cidade fazendo o quê? Sendo escravo né, vendendo na rua o seu café, enfim. Então eu acho que nós quando nós se diz quilombola nós tem que ter o nosso território dizendo: 'É nosso! Isso aqui o meu avô deixou pra mim, a minha avó, o meu pai', enfim. Então gente pra nós ser isso nós precisa colocar o pé no chão.

Então depende de quem? O que a gente vamos fazer aqui pelos nossos irmãos? É uma caminhada, é um encontro em Belém, é ir pra Brasília? Então embora começar por aí, porque se não for isso não está muito fácil essa titulação porque o INCRA, o ITERPA tem muito processo dentro do nosso Estado que está lá arquivado. Eu acho que é por aí que a gente tem que correr atrás do nosso direito. Então a gente está aqui disponível. Obrigado!"

A gente já tem vários desafios com a titulação

MARIA DE FÁTIMA DE JESUS SOUZA
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS
COMUNITÁRIOS EXTRATIVISTAS DO RIO MUTUACÁ E AFLUENTES –
ARQUIRMA

"Desde 2004 que foi a fundação da nossa entidade e a gente já tem vários desafios com a titulação, já corremos, fomos em vários órgãos, fizemos vários processos e essa

retorna nunca chega em nossa mão, o requerimento que a gente faz a nível da nossa comunidade. Iniciamos com muita carência, muita pobreza, muita falta de condições e tudo isso também dificulta a comunicação isso tudo são problemas que a gente enfrenta em nossa comunidade. Então, a nossa comunidade é registrada em 2005; ela foi registrada, toda documentada a nível de Estado. Em 2004 ela foi fundada nós entramos no cartório, nos órgãos, na Receita Federal em 2005, de lá pra cá num tem uma inadimplência a nível de documentação. Então, ela já era existente depois que todos esses órgãos entraram e ela diz que é do rio Mutuacá e seus afluentes, então nós não temos como mudar porque foi uma decisão dentro dos moradores e qualquer situação, qualquer coisa que chegue lá tem que procurar saber das pessoas: 'Existe possibilidade pra isso? Quais são os projetos de vocês, planejamento de vida?' Porque a gente já era planejado lá como uma associação legal. Então, hoje nós temos esses fatores na nossa frente e a nível de titulação a gente já fez vários requerimentos e não conseguiu. Temos conflito com o INCRA, temos conflito com a Reserva. Então essas são as maiores dificuldades que a gente tem para acessar esse projeto de titulação.

Já nós com todos os documentos legais, sem saber por que ou quem cadastrara todas as famílias em frente a comunidade com o INCRA, quatro anos depois a comunidade já estava na Reserva e essas famílias são todas inocentadas, elas são todas inocentes, é o documento da área que faz aqui ou sei lá aonde que chega pras pessoas sem explicação. Então, isso são todas as dificuldades que a gente está hoje enfrentando, nesse momento".

A gente também não conseguiu alcançar adequadamente

MARIA DE FÁTIMA GUSMÃO
MEMBRO DO CONSELHO FISCAL DA ARQUIG (2012/2014)

"Nossa comunidade de quilombo do rio Gurupá no município de Cachoeira do Arari não é diferente da sua com conflitos, a gente tem dificuldades. A Associação está hoje com 11 anos de existência e a gente tá tendo essa dificuldade também de pegar a nossa titulação. De vez em quando é polícia, de vez em quando é confusão entre o fazendeiro e a gente e hoje a gente está nessa luta aí querendo também resolver o nosso problema da nossa terra com os nossos companheiros. Principalmente, agora

A senhora Maria de Fátima Jesus Souza Presidente da Associação de Remanescentes de Quilombos Comunitários Extrativistas do Rio Mutuacá e Afluentes no momento em que tomou a palavra. No fundo, lado esquerdo, os banners com fotografias de São Tome de Tauçu, rio Acutipereira; alunos da Escola de Cantagalo e adjacências do Lago de Jacaré na Resex do Rio Mapuá. Oficina de Mapas em Portel, outubro de 2012





Componentes da mesa escutam as questões formuladas por Maria de Fátima Gusmão, quilombola do rio Gurupá, Cachoeira do Arari

quando começa a dar o ponto do açaí lá começam as confusões; é polícia pelas nossas casas, é polícia pelo mato, os nossos companheiros ficam coagidos dentro das suas próprias casas que as polícias de Cachoeira de Arari, os policiais vão lá pra coagir. E a gente também tem tentado lá dentro da comunidade com o INCRA com os órgãos que a senhora já citou aí, com a Justiça Federal e até agora a gente também não conseguiu alcançar adequadamente”.

É difícil mas não é impossível, mas o importante é não desistir

NEIREVALDO NASCIMENTO DE ANDRADE
PRESIDENTE DA ARQUICOSTT

“Ouvindo as nossas amigas aqui que estão com experiência de 10 anos, 11 anos trabalhando, e a gente começou em outubro de 2012 e a partir de lá a gente começou a organizar a comunidade de São Tomé de Tauçú de Portel aonde a gente tirou a diretoria da Associação, aonde eu faço parte como presidente. O Elinaldo e a Elizangela que estão aqui com a gente foram lá, a gente fez o estatuto, a ata. Agora, semana passada, a gente já colocou no cartório, quando eu chegar daqui, se Deus quiser, a gente já tirar o estatuto tudo legal e a ata, a Associação já tá com dinheiro.

Lembrando que o Acutipereira no município de Portel, o governador Jatene assinou as cinco glebas lá no Município onde o Acutipereira está incluído, então o Acutipereira está de modo geral está nessa organização, mas tem uma comunidade quilombola lá que é Tauçú, mas a gente tá junto com eles e trabalhando. Então, a gente vê aí pela nossa pouca experiência, nove meses, que falta muita coisa, mas daqui pra frente a gente cada dia mais melhorando, sabendo que é difícil, mas não é impossível. O importante é não desistir e estar em todos os encontros com vocês que tem mais experiência que a gente e fazer com que as coisas vão acontecendo”.



Haroldo Júnior apresenta o croqui dos quilombos no município de Salvaterra

São muitos processos de muita luta, briga, cobrança

HAROLDO JUNIOR MIRANDA DA CONCEIÇÃO
ASSOCIAÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE BACABAL

“No nosso município são 15 comunidades e a minha comunidade foi uma das primeiras a ser identificada como sendo descendente de quilombola. Bom, a nossa área também é uma área bastante conflitante, no Marajó a gente tem várias diversidades: do lado daqui são ribeirinhos, do nosso lado é áreas dos campos, a região do Arari, onde se concentra a maior criação de búfalo e aí que tá o grande problema que a gente tá enfrentando com os latifundiários; os fazendeiros que tem uma influência muito grande na política e com isso os nossos problemas só aumentam, eles poderiam diminuir e cada vez estão aumentando. A nossa comunidade já tinha uma Associação de Moradores e com a vinda do CEDENPA a gente a transformou em comunidade remanescente porque a partir daquele momento a gente foi reconhecido como comunidade quilombola então teve todo um processo. A gente vem travando essas lutas com os fazendeiros, está bem mesmo árduo. Mas essas lutas a gente vai ter sempre, a gente precisa ser forte pra poder tentar derrubar, porque às vezes até o poder público em vez de estar a nosso favor acaba, muitas vezes nos atrapalhando.

Bom, a nossa área depois de vários e muitos bate-papos, muitas idas e vindas em Belém, Brasília, nível nacional, nível estadual, e vai pra porta do INCRA e enfim, a gente conseguiu fazer um trabalho, foi o RTID que é o trabalho que eles fazem de identificação então isso já tá pronto. Então, a comunidade já está pronto, só a minha, as demais estão por fazer. Já foi publicado o RTID, mas assim empacou. Está pronto e a gente semana passada, mês passado teve no Distrito Federal numa reunião lá com o senhor Carlos Guedes que é o titular do INCRA e ele passou uma solução pra gente que em 2014 o nosso título já deve estar em nossas mãos. Porém, há um grande problema aqui no Marajó que o Governo quer se apropriar dessa área do Marajó que estava na competência da SPU, que também pode regular essas coisas. Mas assim pra nós isso é muito

ruim se o Estado ficar com essas áreas porque eles não acreditam que quilombolas tenha área grande. Aí a pergunta dele é a seguinte: 'Pra quê quilombola quer tanta área grande'? Bom nós temos aquilo ali, eu pelo menos não tenho muitas áreas, mas fui nascido e criado na área de quilombo, cultivando. A nossa produção é mandioca alguns fazem farinha lá, alguns plantam abacaxi e aí com essa redução nos nossos territórios a gente não vai ter para poder plantar? O quê a gente vai produzir?

Nós tem uma história lá pra contar que os nossos companheiros pai, mãe também vieram nessa luta com o fazendeiro sem saber que eles eram descendentes de quilombolas, mas tinha no sangue, na veia; não se vingando, mas cobrar pelo nosso direito. Porém, hoje essa luta ela já existe, mas mais organizada. Imagine antes, quer dizer, os nossos ancestrais eles faziam isso de maneira rústica mesmo, mas eles achavam que estavam certos e estavam certos, porque a gente herdou, todos vocês herdaram deles, se não fosse por essa herança a gente era um fraco não podia nada, mas a gente veio pra luta, veio pra briga mesmo e se a gente tiver que brigar com o INCRA, com Governo Federal ou Estadual a gente tá preparado pra isso.

São muitos processos de muita luta, briga, cobrança mesmo e aí chegou um momento que a gente não sabia a quem recorrer porque a gente não encontrava ITERPA, não encontrava INCRA, não encontrava o SPU. O que nós fizemos? Foi estratégia, colocamos INCRA, SPU e ITERPA tudo numa sala e aí vamos saber quem é quem. E estava todo mundo acertado que seria competência do INCRA, mas isso foi muita luta mesmo; o nosso processo está desde 2001, então ano passado que saiu essa sentença. Depois disso o INCRA se organizou e a gente fez uma reunião em Salvaterra: trocemos outras comunidades, a minha comunidade estava mais presente porque era pra fazer o trabalho, foi assim o trabalho do INCRA foi feito por ordem dos pedidos de titulação, Bacabal tinha feito primeiro, então foi logo o primeiro a fazer o RTID. Dois dias de muita pressão mesmo não foi a toa, se a gente não faz isso talvez até agora a gente não tivesse o nosso RTID publicado".

Nós começamos trabalhar pra construir a comunidade

MANOEL S. N. DOS ANJOS

COMUNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO CIPÓAL, PORTEL

"Meu nome é Manoel do Socorro lá da comunidade São Sebastião. Eu tenho mais de 24 anos de trabalho em comunidade, registramos uma comunidade da Vila do Cipoal 1987, trabalhamos até 1997 não deu certo e saímos, registrando outra comunidade Nossa Senhora do Carmo de 1997 até 2001, mas como nós achamos que estava muito

longa a distância nós resolvemos registrar outra comunidade mais próximo de casa. Em 2001, nós começamos trabalhar pra construir a comunidade, no dia 3 de novembro de 2001 nós registramos a comunidade e até hoje nós estamos nessa comunidade que é São Sebastião do rio Pacajá no município de Portel. E hoje nós temos nesse projeto, coma professora Elisângela que tá conosco, está dando uma grande força pra nós e nós viemos à busca desse resultado melhor pra nossa comunidade".

Parece que os conflitos vão surgindo cada vez mais

JÚLIO TADEU DIAS DE MORAES
ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE
QUILOMBO DO RIO GURUPÁ – ARQUIG

"Bom dia a todos! Eu marquei aqui alguns pontos já discutidos por alguns dos companheiros peguei aqui da fala da dona Maria, dona Deonata e dos demais falando sobre a questão de conflito. Essa palavra já tá até manjada, pra todo lado que se vira só se ouve falar de conflito e o engraçado que quanto mais se discute, quanto mais se reúne, quanto mais se organiza parece que os conflitos vão surgindo cada vez mais e fico imaginando como as autoridades veem isso! Parece que as autoridades querem ver derramamento de sangue. É impressionante, porque olhando lá pra realidade lá do Gurupá nossa comunidade a qual hoje tá no processo de titulação, todos os anos quando chega o período de colheita do açaí, como já falou a nossa companheira Maria, a gente se depara com uma situação de conflito bastante acirrada e parece que as autoridades não tão nem aí pra isso porque a gente já tem falado, a gente já tem levado documento a gente tem levado ao conhecimento do Ministério Público, o INCRA e de todos os órgãos competentes, mas parece que esse povo só vão tomar uma posição quando aconteça derramamento de sangue".

Manoel N. S. dos Anjos apresenta o croqui de São Sebastião do Cipoal, município de Portel, ao seu lado a senhora Guaracy da Silva Moreira também do Cipoal, e à esquerda Neirevaldo Nascimento



Transformações socioambientais no Marajó: políticas ambientais e econômicas, impactos sobre pescadores, extrativistas, quilombolas e agricultores

A gente sente dificuldades da Reserva

ANTONIO FREITAS

RESEX – MAPUÁ – MUNICÍPIO DE BREVES

“Eu quero dizer que o meu nome é Antônio Freitas, eu moro lá no Mapuá numa Reserva. Antes de nós ter essa reserva lá, nós era aquelas pessoas que podia trabalhar, nós podia viver de outra maneira. Hoje eu quero dizer para vocês que tem pessoas que vivem ali porque Deus é bom, porque é como ela acabou de dizer a Reserva ela veio pra um lado, mas por outro a gente sente dificuldades. Vocês sabem qual é a dificuldade da Reserva? Porque quando os presidentes vão fazer uma reunião conosco lá no Mapuá eles levam tantos projetos, mas nunca nós vimos um projeto deles ser aprovado. Quando vocês verem eles chegar lá, vocês se alegra, mas nunca você vê aquilo que eles vão falar pra você acontecer. Porque o que eles querem que a gente faça é que não trabalhe, fique ali. As pessoas fique na dispensação do INCRA, do presidente da Reserva e dos vários e vários órgãos que vão acompanhando eles. Ai eles vão amedrontar a pessoa: ‘Olha, se tu fizer isso, vai acontecer isso’. Ai o povo fica com medo, o povo fica sofrendo. Então é por isso que eu estou aqui hoje pra reivindicar os nosso direitos. Porque eu quero dizer para vocês que uma reserva, quando se fala em uma reserva você tá falando de uma coisa diferente. E eu estou aqui para dizer para vocês que aquele povo ali, muitas pessoas ali, vive amedrontada pelo INCRA, pelo presidente da RESEX, ali é uma dificuldade! Agora lá pro presidente da RESEX eu disse: ‘Olhe rapaz eu já não estou nem mais suportando vir nessas reuniões

que tem por aqui, porque nada veio a acontecer. Todas as coisas que vocês falam aqui pra nós no rio Mapuá eu não vejo acontecer e vocês querem que o povo pare de trabalhar, mas como é que o povo vai para de trabalhar?’ O povo ele tem as suas famílias ali, carentes que eu conheço, mas é assim meus amigos ali no Mapuá. O nosso presidente quer viver de propina ali e é coisa que eu digo pra vocês eu não gosto, eu falo a verdade pra eles. Eu me proponho outra vez quando tiver outra reunião dessa eu venho e quero trazer mais duas pessoas comigo pra nós dialogar, pra nós conversar, pra nós levar o conhecimento de vocês e vocês fiquem com o nosso conhecimento lá do Mapuá”.

Pra mim existe uma grande dúvida entre a Reserva Terra Grande-Pracuúba

JUSTA PANTOJA DE OLIVEIRA

ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS COMUNITÁRIOS
EXTRATIVISTAS DO RIO MUTUACÁ E AFLUENTES – ARQUIRMA

“Boa tarde! Eu sinceramente gostaria de colocar uma coisa pra vocês aqui, eu não sou nem da área da reserva e nem da área do assentamento. Por quê? Pra começar, como funcionária pública, quando foram fazer o cadastro das pessoas que moravam na RESEX visando receber um benefício eles colocavam assim: ‘Nenhum funcionário público faz parte desse cadastro’. Quando apareceu alguém que mora do outro lado que é o caso aqui do meu companheiro do assentamento, a mesma história: ‘Quem está no assentamento e é funcionário público, não faz parte desse cadastro’. A nossa área daqui da comunidade, a sede e reserva passa uns cem metros longe dela, então eles chamam de entorno da Reserva e eu estou ali: um cadastro pelo sindicato e passado pelo INCRA, essa coisa todas, eu tenho um documento de terra nas minhas mãos. Sobre essa questão dessa transformação em relação à Reserva eu quero dizer uma coisa pra vocês, nós temos dois representantes lá que foram escolhidos por uma eleição aqui. O que eles querem? Quais são os projetos que eles têm realmente em favor do povo?”

Eu participei nessa mudança de transformações ambientais, eu participei dentro da minha comunidade da reunião para o estudo do plano de uso que a Reserva traz para os moradores, ele vai num estatuto, artigo por artigo; o que eu, o povo aprovar, o que o povo não concorda. E depois foi como uma pré-conferência pra ser vindo aprovada aqui pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais aqui de Curráli-

Participantes na Mesa: “Transformações socioambientais no Marajó: políticas ambientais e econômicas e efeitos sobre quilombolas, pescadores, extrativistas e agricultores”. De esquerda a direita: Gilvandro de Jesus, João Fernandes Ferreira de Jesus, Antônio Freitas e Justa Pantoja de Oliveira, em pé no momento de sua exposição.



nho. E hoje, não vou dizer que o povo tá vivendo sobre esse plano de uso, porque é assim, se eles forem seguir realmente o plano de uso que é bem diferente de mim, que eu disse pra vocês que não moro nem no assentamento nem na Reserva, mas eu tenho uma sobrevivência porque eu sou assalariada, é diferente daqueles ribeirinhos que não são assalariados, que não recebem um benefício do Governo Federal, pra obedecer direitinho aquele plano de uso. Então, por exemplo, se o pai de família poderia colocar uma malhadeira lá no rio e pegar o peixe para o filho, colocava assim pra pegar aqueles mapará gordo que vinha. Hoje ele não pode fazer isso. Cada morador pode ter até três malhadeiras, as malhas deve ser até de trinta metros, mas que essa malhadeira seja colocada verticalmente às margens do rio e não atravessando o rio. Já houve uma entrada dum pessoal, levaram malhadeira de algumas pessoas; já nos criou uma revolta porque levaram a malhadeira de um rapaz aleijado que tem filho pra criar, estava batido de cobra, a malhadeira do rapaz foi levada só porque estava lá com um bôia assim boiante eles foram lá tiram a malhadeira do rapaz e levaram. Isso criou um sério problema.

Nós chamamos o Valdemir, porque nós somos aquelas pessoas que trabalhamos como filhos de Deus e não aceitamos determinadas injustiças. Então nós colocamos: 'Olha, se eles acham que sentar malhadeira é crime porque que eles não correm atrás das pessoas que tão roubando os outro sai adoidadamente e pegam assim como eles pegaram a malhadeira do cara'. Então, isso aqui é um problema sério que a gente enfrenta hoje, não como conflito, mas como debates pra gente estar podendo sobreviver dentro das áreas da RESEX.

O companheiro Elinaldo, falava na invasão dos madeireiros dentro dos nossos rios, das nossas áreas quilombolas, era verdade. E com a criação da Reserva hoje na área da Reserva acabou. Lá no senhor Dema, o cara ia daqui de Icoaraci, Limoeiro do Ajuru iam pra lá, chegavam lá trocavam uma árvore de Angelim com cinco mocotós, dois quilo de bucho, um quilo de feijão. Isso aqui a Reserva proibiu,

porque no plano de uso ele rezou que o cara não pode vir lá de fora usufruir desse companheiro aqui o que ele tem de bem na natureza.

Mutuacá, era o rio que mais tinha serraria, mas os camarada já traziam a madeira no ombro pra serrar na serraria e com esse plano de uso isso aqui acabou porque se não, nossos filhos não iam conhecer determinadas madeira que nós tínhamos lá. Isso tudo foram transformações que foram acontecendo lá dentro da área de Reserva. Agora muitas coisas que foram aprovadas e que nós batemos com pé e fazemos são, por exemplo, as nossas roças, cada pessoa tem que fazer apenas uma tarefa de terra. Agora como que pode um pai de família sobreviver de uma tarefa de terra? Eu faço uma tarefa de terra dá pra mim comer dois meses, eu tenho que fazer mais roça. Isso aqui nós não fazemos do plano de uso, isso nós temos, porque assim, o plano de uso foi aprovado por uma minoria de pessoas e não pela família mutuacaense. A pessoa tem que fazer a roça, mas não tem que queimar a terra, mas o que nós temos em mãos, pra fazer essa roça e revirar essa terra com trator, de onde? De quem, se o Governo Federal não manda isso pra nós? Se nós não temos uma parceria com o Governo Municipal com a Secretaria de Agricultura, nós vamos fazer a roça como? Então, nós continuamos a fazer nosso pedaço de terra que dê para o sustento da nossa família porque é de lá onde hoje os lavradores estão tirando pra sua sobrevivência. Graças a Deus a farinha deu um avanço muito grande, um valor que todos os roceiros conseguiram, muitos hoje sobrevivem melhor.

Os matapi lá na área de onde nós moramos não usamos, não tem muito camarão que dê pra usar, a gente coloca lá uns só pra tirar gosto de manhã e passa com isso. Agora o que eu vejo assim dentro da Reserva que eles vêm com muitos projetos, como o companheiro estava colocando, mas isso não vigora. Eu tive numa reunião do presidente da Reserva Terra Grande – Pracuúba, agora dia 31 de maio lá na comunidade Santa Maria, no rio Mutuacá, e o que eu vi lá no rosto daqueles companheiros era apenas dificuldade em relação a essa Reserva em Terra Grande –



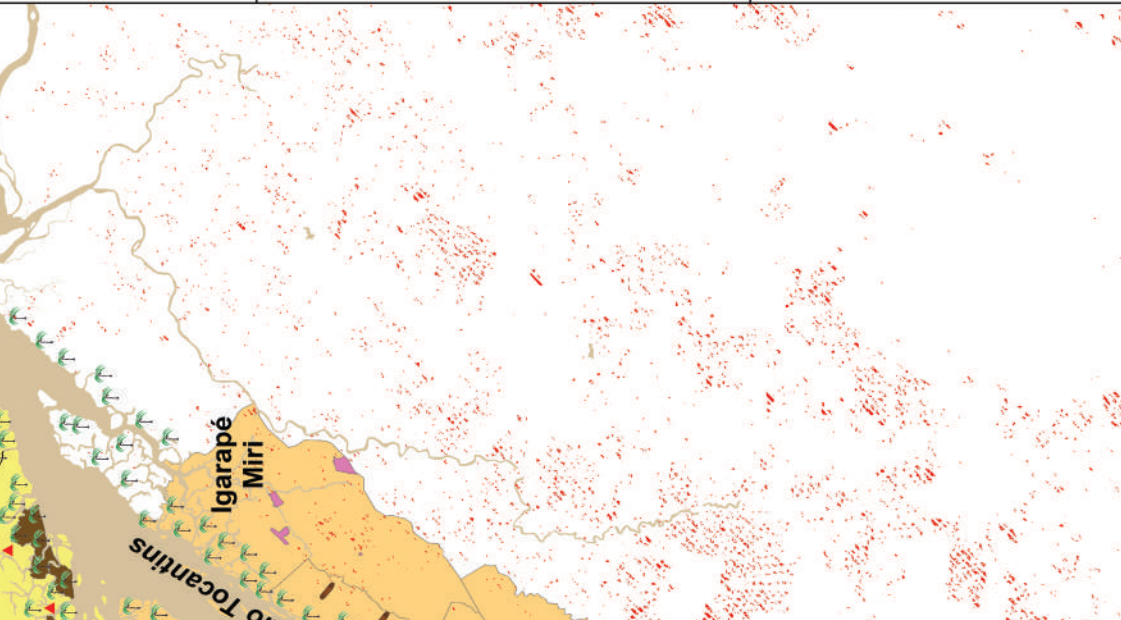
Oficina de elaboração de croqui no dia 03 de outubro de 2012. Na mesa da direita os quilombolas de São José da Povoação e na da esquerda representantes das comunidades localizadas no rio Acutipereira e professoras da SEMED Portel, Auditório da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social do Município de Portel local de realização do Encontro Internúcleos, outubro de 2012

municípios do Baixo Tocantins



Legenda / Convenções Cartográficas

	Áreas de florestas
	Áreas de açaí
	Desmatamento em áreas de florestas
	Desmatamento em áreas de campos naturais
	Transporte de madeira ilegal
	Serrarias de beneficiamento de madeira
	Áreas de Agropecuária
	Conflitos com fazendeiros
	Conflitos com madeireiros
	Pescadores artesanais
	Terras quilombolas reivindicadas
	Plantações de arroz do Quilarteiro



Áreas desmatadas (PRODES 2008-2012)

Propriedades rurais

Terras Quilombolas tituladas

Reservas extrativistas (RESEX)

Reservas de desenvolvimento sustentável (RDS)

Floresta Nacional de Caxuanã - MPEG (FLONA)

Projeto de assentamentos extrativistas (PAEX)

Arquipélago do Marajó

Região do Baixo Tocantins

Hidrografia

1:700.000



Equipe de Pesquisa:

Rosa Elizabeth Acevedo Marin (PNCSA/UNAMAZ-UFPA)

Eliana Teles Rodrigues (PNCSA/UFPA)

Cartografia e Edição Gráfica:

Thiago Alan Guedes Sabino (PNCSA/UFPA)

Arte-finalização de legendas:

Eliana Teles Rodrigues

Thamirys di Paula Cassiano de Matos (PNCSA/UFPA)

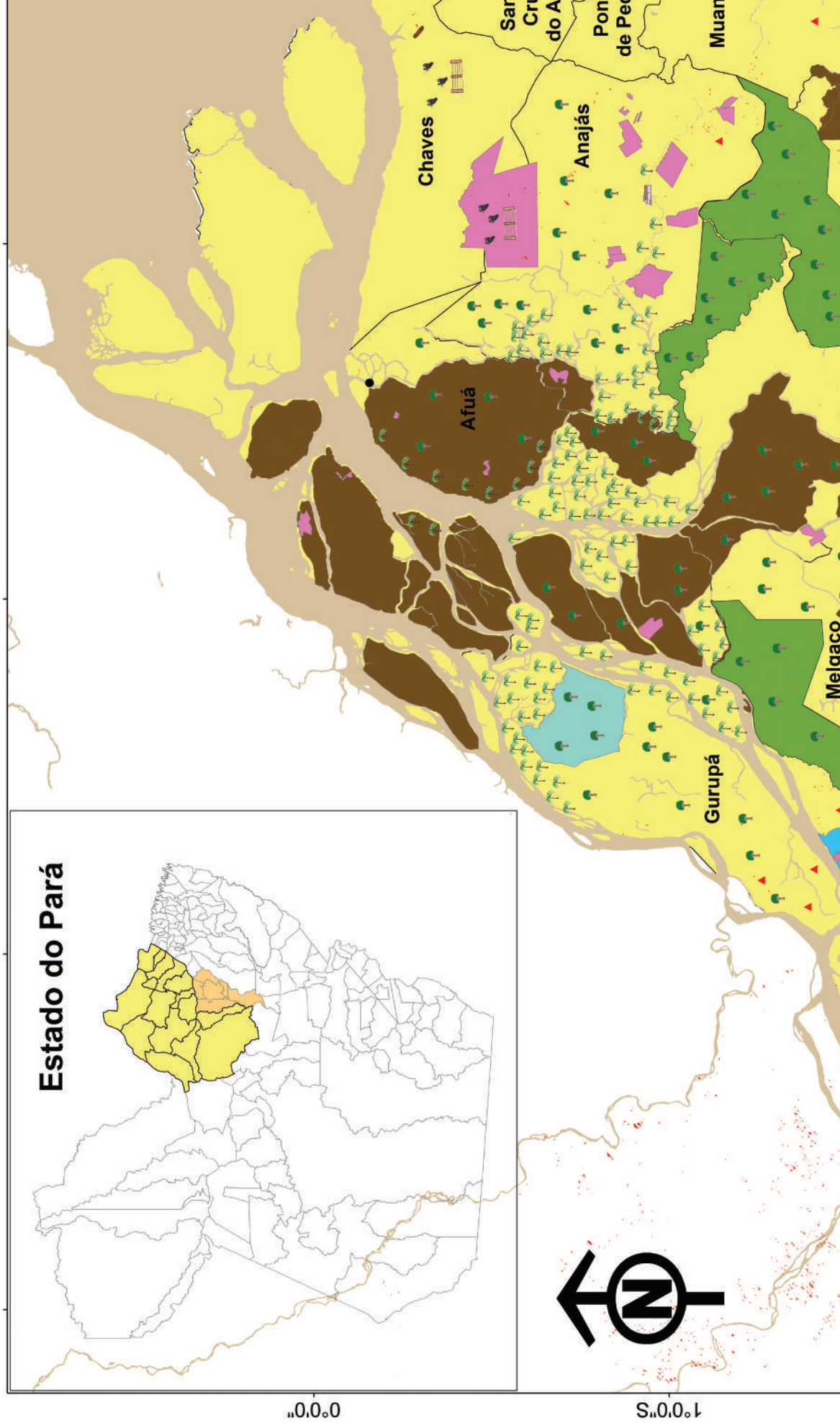
49°0'0"W

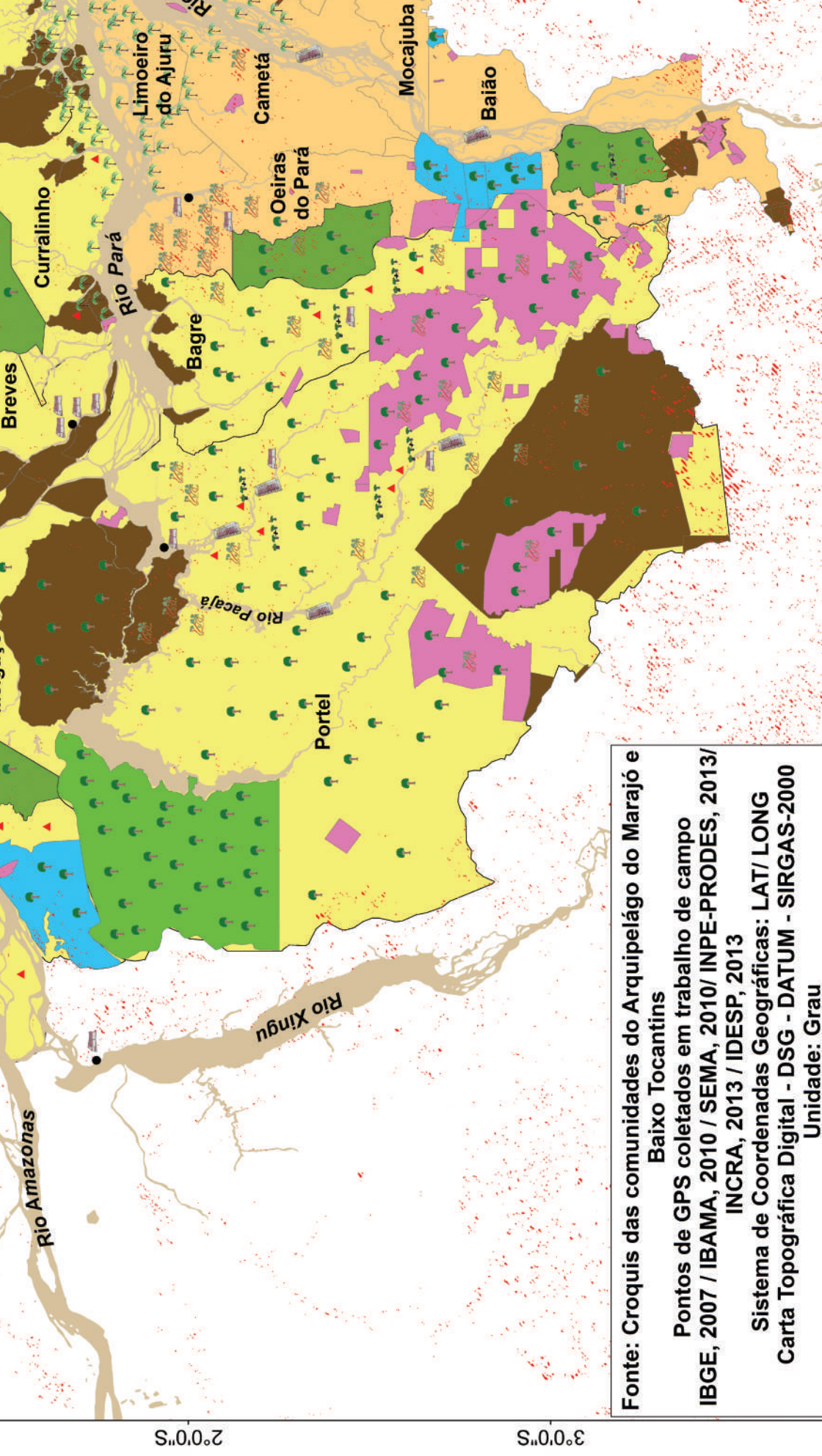
FUNCO
AMAZONIA

MENTO E A DEVASTAÇÃO:

Belém, Julho/2014

Questões socioambientais e ordenamento territorial no Arquipélago do Marajó e n





Fonte: Croquis das comunidades do Arquipélago do Marajó e
Baixo Tocantins
Pontos de GPS coletados em trabalho de campo
IBGE, 2007 / IBAMA, 2010 / SEMA, 2010/ INPE-PRODES, 2013/
INCRA, 2013 / IDESP, 2013
Sistema de Coordenadas Geográficas: LAT/ LONG
Carta Topográfica Digital - DSG - DATUM - SIRGAS-2000
Unidade: Grau

53°0'0"W

52°0'0"W

51°0'0"W

50°0'0"W



Nova Cartografia Social da Amazônia

MAPEAMENTO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL CONTRA O DESMATAMENTO
processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais



Esquerda, o senhor Osvaldo explica o trabalho para extração do latex da seringa, atividade que entrou em decadência na década de 50 e direita, na atualidade poucas serrarias continuam a existir no rio Mutuacá

Pracuúba, porque faltava isso, faltava aquilo. E se não acontecesse aquela manifestação do povo ajudar, eles iam perder vários projetos que já estavam depositado, porque a Associação já tava devendo não sei quanto pra Receita Federal e eles precisavam tirar de lá de dentro do Mutuacá aqueles recursos. E eu falei: 'Olhe companheiro, eu acho assim, pra acontecer isso vocês tem que reunir cada representante de cada rio, porque o Mutuacá não pode 'pagar o pato' lá pelo Canaticu, lá pelo Piriá muito menos por São Sebastião da Boa Vista. Então eu acho que isso aqui não é problema da Reserva do Mutuacá é problema da área toda'. Então, colocando assim a nossa Associação Remanescentes de Quilombos, nós já falamos e temos repetindo, ela abrange da boca às cabeceira do Mutuacá, afluentes e adjacentes. E nós fizemos questão, está aqui a presidente, de levar um documento pra fazer o seu auto – reconhecimento quilombola, muita gente deixou de assinar esse documento porque a RESEX garantia o Bolsa Verde, aí muitos não fizeram. Outros que fizeram quando chegou pra assinar telefonam: 'Justa, eu assinei aquele documento do pessoal da Associação dos Quilombola e eu quero saber se com isso eu não vou perder o Bolsa Verde?'. Eu disse: 'Não, muito pelo contrário, você vai ganhar mais rápido esse Bolsa Verde'. Então, muita gente deixou de assinar e muitos que não assinaram ainda nem sonharam em receber esse Bolsa Verde.

Agora eles acham assim que esses trezentos reais que recebem de três em três meses vai dar pra muita coisa. Quando a mãe chega lá pra receber que ela olha pra trás aqui na escola e o filho tá necessitado de tudo, ela vai tentar dividir os trezentos reais num vai sobrar nem pro leite do bebezinho. Então, é assim, a gente vive ali, eu não vou dizer que é só na área da Reserva, mas na área do assentamento está acontecendo a mesma coisa e as associações que são criadas lá dentro, por exemplo, cada setor tem a sua Associação que se chama filha da Associação – mãe da Terra Grande – Pracuúba, a gen-

te não vê assim um dinamismo, um ânimo deles levarem essa associação e fazer acontecer determinadas coisas. Eu tenho colocado pro pessoal: 'Gente, vocês vão ficar com a promessa da Reserva muito tempo e não vai acontecer nada, vocês viram o que o rapaz colocou lá? Por falta de R\$1.200,00 vocês estão perdendo recursos das casas próprias: 'Minha casa, Minha vida''. A professora Rosa viu a moradia do senhor Dema que está dentro da Reserva, poderia ser uma das pessoas, mas eles não conhecem nem o que é Reserva, nem o que é assentamento, qual é o objetivo, pra quê essa Associação, entendeu? E a gente vê assim dentro dos coordenadores dessa Associação não há essa mobilização pra fazer acontecer, por exemplo, que vá daqui de fora que vai lá do ICMBio, se ele passar lá numa beira e tiver malhando ele faz questão de ir lá tomar a malhadeira do cara. Então, isso pra mim não é um projeto de plano sustentável é um projeto de escravidão, porque eu ainda não vi assim um benefício que eles trouxessem. Fizeram uma reunião grande lá pro projeto pra criar galinha, pra criar porco. Eu estava lá dentro da reunião e ainda coloquei assim: 'Olha se eu pertencesse a Reserva ou ao assentamento eu ia fazer um projeto pra criar, infelizmente eu não tenho cadastro nenhum'. Eu só não sei como vão me tirar da minha casa, mas eu acho que pretendo isso, entendeu? Então, pra mim existe assim uma grande dúvida entre a Reserva Terra Grande – Pracuúba manter esse plano sustentável nessas áreas aonde essa Reserva passa o Mutuacá, por exemplo, está lá dentro, mas o povo continua trabalhando. E as serrarias fecharam. O povo voltou a fazer roça, cresceu o numero de roceiros, a quantidade de farinha, melhorou enquanto as árvores pelo menos vão crescer. Agora nós temos uma situação, por exemplo, nós temos duas escolas no Mutuacá. Essas escolas estão dentro da área de quilombos, o Mutuacá é quilombola da boca às cabeceiras, nós vamos trazer essas escolas pra que se tornem remanescente de quilombos, a gente tem por onde buscar e tem por onde



Entre os participantes no Curso Sobre Convenção 169 da OIT ditado pelo advogado Aton Fon Filho – Belém, setembro de 2012, encontravam-se vários quilombolas do arquipélago de Marajó

colocar. Mas, eu quero dizer pro povo de Portel que eles estão de parabéns quando a Secretária de Educação está dando tudo dela pra ajudar as associações, ao contrário daquilo que não acontece no município de Curalinho. Nós não temos apoio nem da Secretaria de Educação, nem dos secretários de Meio Ambiente, nem do prefeito municipal, de ninguém; nós trabalhamos por conta e risco. E aí o que acontece? A diretora que estava na escola uns quatro anos atrás, botou os alunos serem tudo brancos. Esse aqui é o secretário da escola ele viu lá nas fichas de matrícula: os filhos dos negros estão lá, dos indígenas estão lá, mas eles estão cor branca e esse ano eu falei: ‘Não, vocês tem mudar esses dados, porque como é que vai chegar daqui do Mutuacá no censo, uma escola que está dentro do Mutuacá. Mutuacá é remanescente de quilombo e as crianças aparecem tudo branco?’ Quer dizer isso aqui é oposição. Então, como comunidade, eu luto como comunidade, como pessoa livre. Eu vejo assim: ela pode ter os seus aspectos, o lado bom, mas tem um lado que se o povo fosse cumprir muita gente ia morrer de fome, muita gente ia andar nu. A gente enfrenta uma série de dificuldades, por exemplo, essa revolta que houve por nós como comunidade que chamamos eles lá na comunidade e perguntamos o que realmente eles queriam, o que a Reserva queria fazer em relação a essas pessoas? A gente queria aguardar uma resposta, porque chegar na beira do rio, na frente da casa do camarada, tirar a rede do cara que está no fundo da rede, mordido de cobra, com cinco filhos pra sustentar e levar, é falta de direitos humanos. Agora pra mim, a única vantagem que eu achei que deu uma paralisada foi porque o desmatamento estava muito e hoje, Elinaldo, eu quero te dizer que nós somos abençoados. Nesse lado das Três Bocas pra cima eles entraram obrigando ao parceiro tirar

aqui uma árvore de Piquiá, Angelim, madeira de lei por cinco mocotó, isso era uma escravidão que estava acontecendo e graças a Deus foi amenizado. Hoje funcionam duas ou três serrarias, mas eles só serram madeira que está dentro da lei”.

Eu quero ser mais quilombola do que assentamento

JOÃO FERNANDES FERREIRA DE JESUS (LEOPOLDO)
PROJETO AGROEXTRATIVISTA PANATICU, RIO MUTUACÁ

“Boa tarde! Eu estava dizendo assim que nós vivemos lá na área de assentamento, mas eu digo assim primeiramente que, eu pelo menos que convivo lá na área de assentamento, sou meio que assim, porque eu moro naquela área, mas eu até não sei nem colocar assim uma posição, que dê uma informação normal, porquanto a gente convive lá por uma Associação e essa Associação se chama Jupatituba e tem o presidente da Associação que nos orienta as formas que diz o INCRA; reduz aquelas coisas que nos interessam, ele diz que nos interessa. Mas eu acho que não, porquanto que ele começou dizendo que por esse meio de associação o INCRA nos colocava uma forma de nós poder vivermos numa situação praticamente paralisado naquela área, que nós não podíamos mexer nada que tivesse lá naquela área de assentamento porquanto que o governo estava disponível, o INCRA mesmo estava disponível a nos beneficiar daquilo que fosse preciso, vamos dizer moradia, programa e crédito. Também praticamente nós fiquemos concordando com isso daí achamos que assim ia acontecer. De um ano pra frente o programa que o presidente da associação colocou que ia dar andamento, um ano e meio começou a iniciar um pouco no caso os pedidos, a moradia um pouco. O crédito somente iniciou, mas não deu continuidade, moradia teve uma primeira etapa que saiu pra 24 famílias somente, e o resto nem foi terminado. Teve um pedido que chamava fomento também R\$ 3.200,00 que isso era pra todos e formavam associação – a associação é formada de 84 famílias – e isso não saiu nem pra metade e em meio a isso daí só essa 24 famílias nem todas as famílias foi beneficiada e praticamente uma regra que o INCRA colocou lá, isso também ninguém obedeceu porque continua o que estava.

O INCRA bancava tudo pra gente ficar lá praticamente só morando e o recurso partia do INCRA pra gente. E nós não conseguimos viver se a gente não tiver um recurso próprio pra gente manter a nossa necessidade, esperando uma coisa que a gente acha que não chega. Pelo menos o presiden-

te da associação todo mês reúne e coloca esse objetivo que informo e esse objetivo não chega e não acontece e praticamente a gente paga diretamente a Associação pra ver. Porque ele coloca que a dificuldade no movimento é a mensalidade e a gente paga a mensalidade, mas não acontece nada do programa e praticamente a maioria das pessoa já estão desobedecendo as ordens, porque cinco ou seis anos que está em movimento e não está acontecendo aquele programa que o presidente da associação está levando. E praticamente a gente mora lá nessa área de assentamento, mas a gente não tem como exercer uma facilidade. A dificuldade é por essa parte, porquanto aqueles objetivo que eles colocam não estão acontecendo. Nenhum foi dado início pelo menos. E a gente não sabe o que está acontecendo, o que vai acontecer e isso aí até eu posso informar: pelo menos a minha casa ainda não tá pronta eu estou doido esperando uma casa e ainda não chegou também. E isso deixa a gente até numa situação incomodável.

A exploração da madeira não parou, a exploração de palmito, continua no mesmo, não mudou nada. Nessa área de assentamento Jupatituba continua a mesma coisa de antes, não mudou nada, apenas teve um aviso pela associação que serraria num podia cortar mais, se ainda tivesse, mas isso não obedeceram, ficaram colocando mais serraria e continua sendo o mesmo. E por isso que eu digo assim que eu sou assentamento e sou também quilombola. Eu quero ser mais quilombola do que assentamento porque pra mim assentamento não está resolvendo nada. Então eu sou mesmo quilombola e nessa parte de assentamento porque a gente exerce o nosso lugar, o nosso cantinho lá que a gente mora e eu acho que a gente deve corresponder pelo aquilo que está lá e não dividindo”.

Como as pessoas vão sobreviver nesse caso?

GILVANDRO DE JESUS

PROJETO DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA PANACU

“Bom pessoal boa tarde a todos! Acho que aqui poucos me conhecem, eu sou Gilvandro e eu moro lá na área do assentamento que o seu Leopoldo mora, só que é assim como a professora Justa falou eu sou funcionário público também, no caso quem é funcionário não pode ser membro de associação, só que o meu pai é associado, o meu irmão também e eu vejo assim que a associação lá que eles fazem parte está ainda assim muito devagar começou aí aconteceu uma parte dos projetos, parece que também por falta de responsabilidade das pessoas que estão a frente do trabalho não foi possível realizar o resto. E eu vejo assim, acho que falta também um pouco mais de interesse das pessoas porque esse presidente que está lá na

associação do assentamento. Já está há algum tempo lá e a meu ver até agora ele não fez coisa assim que fosse de admirar e parece que as coisas fluem mais pro lado dele e a gente que está a parte fica observando, no caso porque eu moro no assentamento que fica em frente onde a Reserva começa, fica logo em frente a nossa casa e a maioria das pessoas que trabalhava na Reserva não mora na Reserva. Esse é o nosso caso, moro no assentamento, mas que trabalhava na Reserva. Então, a Reserva, aconteceu isso, que não pode desmatar, tem um monte de requisito a ser obedecido. Aí eu fico pensando: ‘E as pessoas que moram no assentamento, mas que trabalhavam na Reserva também? ‘A gente tem que ver também porque o Governo só fala em preservação, mas o que ele está fazendo também? Será que o Bolsa Família, o Bolsa Verde vai resolver isso aí? A questão da escola, porque eu trabalho na escola também, eu vejo assim, que quando se fala em comunidade se fala também em educação, porque a escola está na comunidade, então, não tem porque separar as duas, porque já andando junto as coisas às vezes não fluem, ainda mais se dividir. Então, o que a professora Justa falou é verdade porque a diretora que estava lá informava o censo com quase 100% com os alunos brancos ou pardos, ao meu ver é preconceito, discriminação. Só que agora eu coloquei diferente eu transformei quase 50% de negros, acho que as coisas vão passar a mudar. Então, eu vejo assim, se houver uma forma da nossa escola Perpétuo Socorro, ser também incluída como remanescente de quilombo as coisas vão melhorar na nossa escola.

Então, a questão de expectativa quanto ao futuro, nós temos que ver esse lado aí, porque as coisas vão, vamos levando, mas o que realmente a gente espera do futuro? Porque vamos levando as coisas como se diz “na marra” e daqui há algum tempo eu acredito porque a Reserva está lá, vai ser proibido mesmo totalmente porque hoje já está proibido, mas não de uma maneira por todo, muitos ainda sobrevivem da extração da madeira, do açaí. E caso seja



Crianças no alto rio Mutuacá

mesmo a Reserva, seja parado a atividade nela, fico pensando como as pessoas vão sobreviver? Então, a meu ver tem que haver uma mobilização das pessoas tanto da Reserva quanto do assentamento, das pessoas também que não fazem parte de nenhum dos dois.

O que é que eu entendo como gestão?

RAIMUNDO ELINALDO DE JESUS RIBEIRO
ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTE DE QUILOMBOS COMUNITÁRIOS
EXTRATIVISTAS DO RIO MUTUACÁ E AFLUENTES – ARQUIRMA

“Então Justa assim é uma pergunta que tenho pra você: é que parece que a Reserva é questão de gestão, é atuante, não? Eu estou fazendo essa pergunta porque eu fiz denúncia dessa madeira junto a Reserva e não foi—só pra Hélia, eu vou falar logo o nome da pessoa aqui. Mas eu chamei ela pra uma conversa assim em particular e gente acabou repassando essa informação e ela citou a situação de que a Reserva é gestão. O que é que eu entendo como gestão e como os outros gestores, de outros órgãos, também. É comum acontecer de forma que as pessoas determinam tal situação, mas, enfim, eles não informam e também não procuram saber lá com o indivíduo, com a família qual é a necessidade? Assim como também está acontecendo no assentamento que ‘o projeto foi feito assim’. Eu costumo dizer que o projeto é feito de cabeça pra cima quando chega nas famílias está de cabeça pra baixo. Claro, todo mundo vai ser afetado ali. É muito perigoso isso justamente porque as famílias elas estão no choque. Esse choque que a gente chama de choque cultural. Eu que estou acostumado a pegar todo dia, o fulano que tá acostumado a tapar baixa todo dia igarapé pra sobreviver e de repente o cara passa lá leva a malhadeira, leva o matapi, tira o meu matapi, pra mim também isso é muita falta de respeito e eu gostaria que esses gestores de Reserva tivessem sensibilidade humana pra atuar junto com essas famílias e que se faça primeiro um trabalho de pesquisa de família pra família. Os seus objetivos, Justa, da questão da Reserva teve dois pontos positivos. Eu também parabeno a atitude de vocês de esses madeireiros serem expulsos de lá, isso é muito bom, que bom que isso já tivesse acontecendo na nossa comunidade, infelizmente ainda não está, mas quero ressaltar uma coisa aqui que eu sempre converso com a dona Maria de Fátima, que se chegar um projeto pra essa sessão quilombola a gente lá não sabe quem vai tomar conta do projeto – ‘não mas lá tem gente’ Tem, mas está preparado? Então não adianta. Vamos buscar mais conhecimento pra que a gente possa assumir essa responsabilidade. A gente sabe que pra tudo tem que ter um começo, mas se tiver preparado. Pra que não venha ter problema mais tarde é melhor porque quando for pra prestação de contas o negócio ainda é muito mais sério do que a gente pode imaginar.”

Exploração ilegal de palmito

MARIA DE FÁTIMA DE JESUS SOUZA
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS
COMUNITÁRIOS EXTRATIVISTAS DO RIO MUTUACÁ E AFLUENTES –
ARQUIRMA

“Eu quero só uma palavrinha. Falando aí sobre a Justa que falava sobre a RESEX. Então, teve esse período de denúncia, paralização de serraria, tudo bem, foi bom foi positivo numa parte porque eram pessoas de outros locais que estavam explorando. Mas, pensando bem quantas denúncias do Mutuacá já vieram pra Currallinho, na Câmara dos Vereadores, Secretaria do Meio Ambiente por exploração de palmito ilegal, por exploração de madeira ilegal. Nenhum político esteve, secretaria que funcionasse, mas foi a ICMBio que foi proibir o morador, todo mundo deu apoio e aconteceu. Olhando bem gente, eu sou muito insistente, Currallinho não quer ou a gestão não quer melhoria pro povo, porque o Mutuacá não é visto politicamente. Tem uma música nesse encontro que Justa canta que diz: ‘Só tem inchada e título de eleitor/para votar no seu fulano educado/ que nada faz pelo pobre agricultor/ que não tem terra pra fazer o seu roçado’. Então é essa a situação que acontece todo mundo procura puxar projeto pra dentro do rio Mutuacá, pro município de Currallinho, pra quê? Beneficia alguém de lá de dentro? Não. Porque fizeram uma casa que era nesse assentamento de sete mil reais o valor da casa, com o tempo não estava mil e quinhentos, pra onde foi o resto desse projeto? Botaram umas tábuas tudo de mututi. Eu dizia pra um senhor lá: ‘Não aceita essa casa que essa madeira é maçaranduba, isso não aguenta um ano aí’. “É dado”. “Dado nada, tu está é vendido”, eu disse pra ele.

Então, temos políticos, secretarias, mas não se importam. E essa política nacional? Por que defende fazendeiro lá na comunidade que ela mora? Porque fazendeiro tem dinheiro e quilombola não tem dinheiro. Então, preto não sente dor, preto não tem valor, preto não tem sentimento é assim que eles olham. Então, quando se fala em revólver, metralhadora, pistoleiro é por isso. Matando assim, pára, o outro fica com medo. Então, isso é luta, isso é guerra, por isso o povo também no Mutuacá tem esse temor.

Gente, eu nunca vi assentamento em várzea, assentamento é pra quem não tem terra, aquelas famílias são tradicionais, nascida e criada naquele local, aquilo lá é deles, é nosso. Por que assentar quem está na sua terra? Por quê? Aonde é que tem assentamento numa ilha? Quando se pergunta lá na minha comunidade, nunca deram uma resposta sequer. Como representante do INCRA, o Secretário do Meio Ambiente foi lá fazer um projeto a nível do Marajó: voou num helicóptero derramando açaí, era carço de açaí na cabeça de todo mundo, tudo podre, tudo chôco,

num grelou um! Ainda fez os meninos carregarem 50 sacos de caroço lá pra beira do campo, derrubaram um campo lá, prometeu pagar e não apareceu mais lá. O quê que ele fez? Deixou 150 sacos de sementes de açaí dentro da Povoação pra ficar lá entulho dentro do campo que os meninos jogavam bola. Esse é o Secretario do Meio Ambiente? Que ambiente é esse que ele preserva?

Então, gente sejam justos diante de Curralinho. Mutuacá não tem voz nem vez só tem vez Canaticu, porque Canaticu tem 5 mil eleitor. Só tem vez num sei quem porque tem 200 mil eleitor. Nós temos vez como o 'Severino, o quebra galho', foi isso que eu já vi na política dentro de Curralinho. Se fala tanto em projeto, secretaria de todo tipo: não tem interesse político em Curralinho pelo interesse de pobre. A nossa escola vive um calamidade. Teve 53 dias de aula no primeiro semestre, passava duas semanas sem aula por falta de óleo pra transportar esses alunos. A Secretaria de Educação e Saúde pro município de Curralinho não tem um centavo. Então, me leve diante desse Governo que todo dia a gente ouve na rádio 'Foi inaugurado tantas coisas, tantos mil pra tantos lugares'. Eu quero só fazer duas perguntas ao Governo, vou perguntar assim: 'Seja justo comigo, você libera recursos pra Curralinho ou não? Só isso porque se você não libera eu não vou cobrar, mas se você libera eu vou cobrar tostão por tostão!' Porque é isso que eles colocam. Eles chegam nas comunidades das pessoas com todo nome relacionado. Teve um projeto lá com os sócios produtivo, que eu num sei nem o que significa, incluíram a nível de quilombo, gente, depois de nós todinho lá! Porque só ia pra Povoação e tinha que dividir quatro pro Canaticu, três pra Guajará, três pra num sei aonde, aí ficou 52 família, lá no Mutuacá não. Até hoje esse projeto ninguém sabe o que significou porque era um curso de formação e no final ganhava uma bolsa, mas não sei bolsa de quê e até hoje ninguém sabe. Então, eles chegam com uma estratégia de ilusão. E o povo lá no Mutuacá eles são atraídos. O Moris falava, eles tem que decidi, 'Quem eu sou?' pra gente poder lutar. A professora Rosa colocava dizendo: "O quê que nós quer? Nós queremos ser quilombola ou queremos ser indígena ou queremos ser sei lá reserva ou assentamento?" Porque pra nós lutar pelo rio Mutuacá nós vamos ter que decidir, a Justa acaba de dizer. Nós fizemos uma viagem eu com ela e o Guducho, marido dela, nós fomos até o último morador de centro do Mutuacá pra assinar uma declaração porque nós não estamos preocupado com negócio de projeto, nós estamos preocupado é com isso: 'Olha: o Mutuacá e afluentes. Depois entrou o INCRA, aí já ficou só um pedacinho pra nós, aí depois entrou a Reserva lá em cima, o linhão entrou e fez quatro buraco, aí o Governo fala: 'Preserve o meio ambiente!' Que ambiente que ele preserva? Confira quantos quilômetros tem de Breves até Curralinho de desmatação aí. Mas isso rende ao Governo".



Povoado Três Bocas, do lado direito encontra-se a entrada na RESEX Terra Grande Pracuúba

Quem não vive de conflito?

JUSTA OLIVEIRA PANTOJA

ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS COMUNITÁRIOS
EXTRATIVISTAS DO RIO MUTUACÁ E AFLUENTES – ARQUIRMA

“‘Quem não vive de conflito?’ Coloquei pra vocês que eu sou uma das que está vivendo nessa pegada, eu disse pra vocês que eu não sou nem do assentamento e nem da Reserva, nem eu e nem o Gilvandro e ainda tem do meu lado o Leonel, a Deolinda que são funcionários públicos e não podem fazer cadastro nem de A nem de B. Então quando o colega disse: ‘Ah, porque tem até Telecentro’. Eu vejo ali um bocado de computadores jogado se acabando e é um projeto da Resex? É, que foi pra pegar todo mundo que tem interesse em mexer em computador, até eu fiquei alegre que eu disse que ia acabar com esse analfabetismo de computador, mas está lá dentro da casa do Silas amontoado, daqui a pouco vai se acabar, eu tenho quase certeza disso. Nós gastamos o que não tinha pra aprontar a casa; a casa estava pronta só porque era de madeira eles foram lá e colocaram mil e um defeitos, aí entrou esses dois companheiros da escola e abriram mão, abriram uma sala bonita lá da escola está tudo equipadinho, mas não foi aprontado. Porque as pessoas que estão lá representando a Reserva estão de braços cruzados esperando que caia do céu.

Outra situação, por exemplo, em 97 nós baixamos por Comunidade Eclesial de Base um Decreto – lei ambiental do rio Mutuacá, estudada, discutida por comunidade de setores proibindo o corte de palmito ilegal, a pesca na subida dos peixe, de novembro a março, o corte de madeira fina, a colocação dos venenos no rio e fomos discutindo através de comunidade. Viemos pra Câmara e foi aprovada pelos vereadores e quebrada pelo companheiro João Matos quando entrou na Secretaria de Meio Ambiente. Ele prometeu de me dar até uma bofetada lá no trapiche do mercado. Quando ele passava autorização pro cara cortar palmito dentro do Mutuacá eu peguei a autorização dele e rasguei e ele prometeu de me dar uma bofetada, eu disse pra ele: ‘Essa é a hora, se tu perder essa oportunidade tu



Justa Pantoja de Oliveira (segunda a direita), seu esposo Manoel Teles de Oliveira (quarto de direita a esquerda) mais vários colegas se mobilizaram intensamente para levar o debate do território quilombola no rio Mutuacá



Participantes do Curso de GPS ditado no povoado de Três Bocas

não vai me dar nunca essa bofetada porque por cima da minha lei tu só vai passar depois que eu morrer'. E fomos pra lá pra acertar, no outro dia ele tava ligando pro Guducho que ele ia mandar me prender aqui. Ai o Guducho ligou pra mim perguntando o que estava acontecendo, eu digo: 'Olha, eu rasguei e vou rasgar quantas eu pegar!' E com isso eu não achei companheiro das comunidades pra lutar comigo pra reivindicar nossos direitos, até a minha própria comunidade não encontrei um, mas quando foi aprovada a lei estava Santa Isabel, estava São José, São Raimundo, Santa Fê, mas eu não achei um dos companheiro que lutasse junto comigo pra nossa lei prevalecer. O que acontece até hoje? Proibiram muitas coisas dentro da Reserva e dentro do assentamento, mas o corte de palmito continua ilegal eu digo isso porque passa lá toda quarta-feira e todo domingo embarcando de porto em porto dos companheiros e os cara estão lá dentro. Então é isso aqui que eu tenho como revolta. Se nós éramos parceiros que nós fizemos essa lei porque nós não fomos parceiro quando o João Matos entrou aí e jogou nossa lei embaixo? Ele não pensou em açai, gente ele pensou em horta porque ele juntou um bocado de semente de açaí e hoje está lá no campo das Três Bocas. Então, quer dizer, entra, professora, dentro das secretarias cada um mais burro, desculpe a palavra, porque a gente não tem assim dentro do nosso município uma política social nós só temos uma politicagem pra ganhar as eleições."

Continuidade da exploração de madeira e palmito na RESEX, nos Projetos de Assentamento Extrativista – PAEXs

MANOEL BAIA

ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTE DE QUILOMBOS COMUNITÁRIOS
EXTRATIVISTA DO RIO MUTUACÁ E AFLUENTES – ARQUIRMA

"Boa tarde! Eu comecei a trabalhar de Belém pra cá com o marido dela, fui chamar de Belém. De lá fomos trabalhando pra cá. Eu passei quatro dias, se alguém conhece o Trajano

do INCRA, ele passou quatro dias lá comigo tratatando lá pra fazer o assentamento na Vila. Eu disse pra ele que não. Ele perguntou pra mim por quê? Medimos tudinho a área lá dá 560 hectares, foi medido no GPS, então eu falei pra ele que não. Aí eu mostrei o documento que eu tinha adquirido 260 hectares de terra lá, ele leu tudinho, depois eu peguei a pasta dos documento da associação e disse assim: 'Agora aqui, meu amigo, está aqui vê o que você faz com nós aqui'. Aí eu botei assim em cima da cadeira lá e ele leu tudinho, ele leu o estatuto quando ele terminou de ler o estatuto o que foi que ele fez? Era quatro hora da tarde, ele tava quatro dia lá com nós, ele disse: 'Olha seu Manoel nós vamos embora essa área aqui é de vocês, nós não pode mexer'. Mas o estatuto estava dizendo que o rio Mutuacá, da boca às cabeceiras e afluentes era da Associação de Remanescentes de Quilombos, está no estatuto.

Depois de seis meses, quando eu soube o INCRA estava fazendo lá na ilha Jupatituba, que eles apelidaram, porque o nome da ilha não é Jupatituba, não sei se vocês sabem, a ilha Bela Vista, lá é Jupatituba e a ilha Boa Vista, a ilha que nós mora, que é a Povoação. Então com isso eles fizeram lá o cadastro, mas por que eles fizeram? O prefeito, que era o senhor Miguel, assinou, os vereadores assinaram e o sindicato concordou também porque trabalhavam junto. Então, eles desrespeitaram o documento, porque a associação estava com dois anos já pronto na frente da documentação do INCRA. E depois de quatro anos apareceu a RESEX lá em cima e prendeu todo mundo, como a Justa estava falando aqui, eles tão querendo prender a pessoa; porque a partir do momento que você não vai poder tirar um toro de pau, você não vai poder plantar uma roça, você não vai poder plantar um árvore de milho você vai viver de quê? Eles vão dar uma Bolsa Verde, que lá na comunidade de São José não aceitamos Bolsa Verde lá, e se tem um companheiro nosso lá que tem Bolsa Verde nós temo procurando saber porque se ele tem, a gente vai mandar ele sair de lá porque não pode ficar lá com nós.

Essa Bolsa Verde ele ganha 300 reais, mas vai dar pra ele passar um ano comendo? Não vai. O aposentado ganha 600 reais, mas não dá pra ele comer diretamente um mês, então 300 reais pra uma família não dá, ele vai ter que trabalhar na terra! Agora o companheiro que tem uma bo-dega pra vender se não tiver quem compre ele vai morrer de fome porque ele não vai poder trabalhar na área. Então eu acho, nós temos direito. Vamos dizer: 'Eu sou quilombola, eu preciso da minha terra, eu preciso dar impulso pra minha origem', porque a minha origem é quilombo, então eu vou ter que manter aquilo lá, eu vou ter que usar aquela língua. Depois a pessoa que vem lá do estrangeiro tomar conta lá do meu território, mandar lá e eu vou viver daquilo que ele quer que eu viva, porque desde quando eu me entendi no mundo a minha avó, o meu pai, dizia que lá nas cabeceira do rio Mutuacá, quando alguém tirava saldo, o parceiro que era o patrão mandava matar, o pagamento era lá no tronco lá! Então, era assim que eles recebiam o pagamento. E do jeito que está ficando hoje, que está começando de novo a voltar aquele tempo. Alguém vai chegar lá na casa do Manoel Bahia e vai dizer: 'Seu Manoel embarque aqui no casco, umbora!' eu vou num sei pra onde eu vou quando eu chegar lá ele vai me amarrar porque eu vou sozinho aí eu vou morrer lá na água como morriam antes lá na cabeceira. No Mutuacá já aconteceu isso, já teve isso daí, a gente sabe, nós sabe. Então gente nós vamos ter que mudar o jeito de vida".

"Então, é assim, Gilvandro, tu está numa área de assentamento até porque foi falta de conhecimento daquele povo que morava naquela ilha lá, porque nós com o documento da associação que tava espalhado no Mutuacá inteiro e todo mundo sabia pra pessoa dizer: 'Eu sou negro!' num é preciso outra pessoa dizer pra ele, ele vai e olha no braço dele, a cor dele mostra a origem que ele tem. Eu digo assim a professora Justa é descendente de índio, a origem dela está mostrando. Alguém pergunta pra mim se eu sou misturado? Eu sou misturado, a minha mãe era indígena, mas o meu pai não era, o pai era quilombo, mas eu me sinto como quilombola. Mas isso aí depende de muita coisa pra gente resistir, às vezes a gente tem medo de falar aonde quer que seja, mas eu sou diferente, eu não tenho medo de falar, se a pessoa falar assim: 'Tu vai falar, mas eu te mato' ele vai matar porque eu vou falar aquilo que eu penso.

Esse corte de palmito como a professora Justa falou, eu já teve aqui com o vereador, já conversei com eles aqui e pedi pra eles que a lei, que foi feito pelos vereadores continuasse a vigorar aqui no município de Curralinho, no rio Mutuacá, sobre o corte de palmito porque a gente estava largando de mão. Então, é por isso que quando eles querem o voto eles chegam lá na comunidade e pedem o voto que a gente sabe que eles num vão fazer nada



Quilombolas dos rios Gurupá e Arari participam em Curso sobre Convenção 169, dezembro 2013

mesmo a gente ainda é pateto que vota neles. Então, já cobreí dos vereadores aqui já, já cobreí do Rainez. Então, eu acho que isso aí tá faltando o quê? Trabalho dos vereadores mesmo e nós chegar mais junto com eles e cobrar porque está ficando devastado o palmito do rio Mutuacá de novo".

Os conflitos estão existindo em todos os locais

JÚLIO TADEU DIAS DE MORAES

ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO RIO GURUPÁ

"Bom, mais uma vez boa tarde a todos! Só quero fazer aqui uma pequena observação é que no decorrer do debate a gente está observando que os conflitos estão existindo em todos os locais e o impressionante que dá pra se ver é que além do conflito das pessoas que são contra o quilombo, as associações, as Reservas, tem também o conflito interno, que isso é uma coisa que pra mim, a meu ver é muito negativo, as pessoas da própria comunidade se batendo de frente umas com as outras e o impressionante é que muitas pessoas dentro da própria comunidade ela não reconhece o trabalho, o esforço de pessoas que tão interessadas em ajudar a comunidade a se desenvolver, mas prefere estar até mesmo do lado do fazendeiro, daquela pessoa que está contra o quilombo, a reserva, as associações. Então, assim eu acho que as pessoas deviam ter consciência de que só através da união das famílias, da comunidade é que as coisas vão fluir, vão acontecer, porque se a comunidade se desunir não pode acontecer nada e infelizmente a gente observa que as coisas só tem a cair e não a avançar. Então, a observação que eu faço é que há esse conflito, além do conflito das pessoas de fora existe esse conflito dentro da comunidade. E lá na nossa comunidade não é diferente tem muitas pessoas ali que estão vendo a nossa luta do dia-a-dia ali, o esforço que a gente faz pra trazer a melhoria pra dentro da comunidade, no próprio quilombo tem pessoas que muitas vezes até dizem que a pessoas que não tem o que fazer, pessoa desocupada, ou seja, não reconhece o esforço que a gente faz. É um ponto muito negativo que eu vejo e eu espero que as pessoas possam ter consciência que só a comunidade unida é que pode acontecer os avanços, se não houver união não tem avanço".

Conflitos por recursos na Resex Terra Grande Pracuúba

JUSTA OLIVEIRA PANTOJA

“Olha, dentro da Reserva é assim: eles tem um órgão chamado ICMBio e hoje, por exemplo, a representante que tava atuando no ICMBio que representava aqui a Terra Grande Pracuúba era a Aline que está saindo hoje. Pois é, ela tá saindo agora e atualmente realmente eu não sei quem está. Então, cada área ela coloca um representante. Hoje, pra nós lá no Mutuacá é o Valdemir, o representante chamado titular conselheiro da Reserva, o Silas nas Três Bocas, representando o diretor ambiental, e na Boa Fé está o Francisco, na Santa Maria é o Simão como diretor ambiental e na São Raimundo está o Minaldo como diretor ambiental. Esse diretor ambiental supervisiona se realmente não estão fugindo do plano de uso, se as famílias não estão trabalhando contra o plano de uso. Essa é a função e o Valdemir que é o representante geral ele está lá pra, representar em nome da pessoa do ICMBio. Por exemplo, o cara invade o terreno do Moreno, essa pessoa não vai diretamente brigar com a pessoa, mas ele vai passar para o representante que no caso é o Valdemir. É dessa forma que está, mas o representante – membro de toda a área vem do ICMBio que é o órgão, o Chico Mendes e tem os representantes em cada localidade do ICMBio”.

O povo quer colocar roça e parar de cortar palmito e madeira

ANTÔNIO FREITAS

RESEX RIO MAPUÁ – BREVES

“Olhe a situação das madeireiras lá no Mapuá ficou a mesma, sempre ficam cortando madeira lá, dentro da lei, que o rapaz falou que só podia tirar aquela madeira grossa, num pode tirar fina. Aí eles ficaram trabalhando porque é como eu tenho de dizer não tem recurso. O recurso é deles cultivarem a terra um pouco, dentro da lei como eles colocaram lá, pra sobreviverem. E fica sempre cortando, um pouco de palmito também, um pouco mesmo, alguns porque hoje o povo da RESEX do Mapuá quer parar o palmito, não é que esteja proibindo eles; é o povo mesmo que querem parar de cortar o palmito, ninguém foi parar eles lá é eles que querem parar pela vontade deles, porque eles se sentiram que estão fazendo mal pra eles mesmos, porque o açaí é alimento, o açaí é vida pros filhos deles então eles decidiram que querem parar por eles mesmo. Porque antigamente o Mapuá fazia borracha, quando foi pra parar a borracha todo mundo disseram que iam morrer todo mundo de fome, todo mundo parou a borracha, ninguém rixou todo mundo viveu melhor e hoje eles querem parar o palmito pra viver melhor porque tem o açaí pra alimento



Vila a margem do lago do Jacaré,
Breves incorporada na Resex Mapuá



Senhor Raimundo Edson Brito, pescador da Vila de Cajuúna, Resex Marinha de Soure

de hoje. É muito bom você vender o açaí. O açaí é uma coisa que todo mundo gosta. Então, é isso que eu quero lhe dizer e hoje lá no Mapuá, na RESEX, todo mundo tá falando: ‘Eu vou colocar minha roça porque da minha roça eu tiro a minha mandioca, vou fazer a minha farinha, a minha mandioca, eu vou vender aonde eu quiser e não aonde querem’. Então é isso que eles estão pensando de parar o palmito por isso, não foi ninguém que foi parar é o povo que está decidindo, o povo da reserva do Mapuá eles querem ficar só na lavoura lá na reserva. Muito obrigado”.



Resex Marinha de Soure

RAIMUNDO EDSON DE BRITO

RESERVA EXTRATIVISTA-MARINHA DE SOURE

“A quase 200 anos que foi criado uma lei verbal de preservação do nosso patrimônio que é o igarapé que mantém as nossas necessidades anual. Uma lei verbal – é um tipo de lei que foi criada pela vontade do próprio povo da comunidade. Os igarapés do Cajuúna, Fazendinha, dos Três Irmãos e dos Cutia. Estes são abrangidos pelas 27 mil hectares da Resex.

A Resex Marinha de Soure foi um balizamento para que não aja invasão da pesca predatória dentro da área proibida. Nós obedecemos ao Plano de preservação ambiental da RESEX que disse que: não podemos criar nem um tipo de animais, como búfalo, cavalo, porco, pode carneiro. A Resex Marinha Extrativista de Soure foi fundada em 2002”.

Conflitos sociais e ambientais descritos pelos agentes sociais nas Oficinas

FORMAS DE EVIDENCIA DOS CONFLITOS	LOCALIDADES E DETALHES DA SITUAÇÃO	AGENTES SOCIAIS AFETADOS
Conflitos/ risco dos recursos hídricos	Baixo Arari – agronegócio e aplicação de agrotóxicos	Pescadores Quilombolas
Conflitos/ risco dos recursos florestais	Resex Cajari – Linhão de Tucuruí Asfaltamento da estrada Macapá – Cajari	Extrativistas
Conflito/ desmatamento intenso Proliferação de morcegos Transmissão de raiva com mortes	Rio Acutipereira Corte de madeira	Quilombolas Comunidade Tauçu
Conflito/ risco de recursos da ictiofauna	Resex Marinha de Soure/ cercamento da praia	Pescadores
Conflito/ uso de motosserra	Resex Cajari e Comunidade Tauçu – Desmatamento e perda de madeiras	Extrativistas “Comunidade”
Conflito/ impedimento de acesso áreas de pesca e de extrativismo	Cachoeira do Arari – Rio Gurupa e rio Arari Lavagem do Timbo – Rio Mutuacá	Quilombolas do rio Gurupa Quilombolas do rio Mutuacá
Conflito/ impedimento de atividades de roça, pesca, caça	Atuação do ICMBio Baixo Amazonas, Rio Mutuaca	Indígenas Quilombolas
Conflito/ cultivos homogêneos	Grandes roças de abacaxi – Salvaterra Grandes plantios de arroz	Quilombolas
Conflito/ extração de minério	Abertura de grandes covões Abacatal, Rio Gurupá fronteira com o Cara-Cara	Quilombolas
Conflito/intensificação de exploração da fauna	Venda de animais silvestres Abacatal Resex Cajari Baixo Amazonas	Quilombolas Extrativistas Indígenas
Conflito/ derrubada de castanheiras e outras espécies	Linhão de energia – Resex Cajari Luz para Todos – Rio Mutuacá	Extrativistas Quilombolas
Conflito/ contaminação de rios e solos	Uso produtos químicos lixo / Abacatal, Bairro Alto, Bacabal, Pau Furado	Quilombolas
Conflitos/ instalação de serrarias/ corte ilegal de madeiras	Resex Cajari Comunidade Tauçu Comunidade São José da Povoação – Rio Mutuacá	Quilombolas

Pescador narra conflito com fazendeiro

JOÃO PEDRO

PESCADOR

COMUNIDADE DE PONTA DE PEDRAS

“Eu tenho 32 anos e nasci vendo meu pai trabalhando para fazendeiro, para o Liberato. Ele colocava imposto pelo açai. Meu pai morou uns 40 anos. Ele (o fazendeiro) aumento o imposto, exigia imposto e fazia ameaças: ‘eu vou mandar alguém tomar conta...’. Meu pai tinha medo. Eu fui crescendo e vindo aquilo. Um dia isso vai mudar, pensava.

Nós temos um vizinho, que mora a 2 km. Veja o que é o mundo? A Dra. Soraya do GRPU. Ninguém quis acreditar. A Soraya vinha e ia embora. E o fazendeiro estava o tempo tudo. Eu dizia para o meu pai. ‘Não vai dar certo. O fazendeiro ainda rende um com um arma. Chamou a Sra. Soraya. No momento que Soraya estava aqui, alguém telefonou. E a casa do meu pai estava caindo. O fazendeiro não deixava fazer o serviço. Quando o puxa – saco ligou para o fazendeiro. O meu pai mora lá e é complicado. Quando ele veio com nove policiais, fortemente armados. ‘Eu quero que tu vas para casa agora. Ele ficou morando em um barco. O que foi?’ A Soraya fez o jogo. O fazendeiro não leva um processo. Mas de ameaça, liga e disse alguma coisa. Dizem que a Ilha de Marajó é toda da União”.

Pescadores do Bairro do Choque analisam as cercas do projeto do arrozeiro

Sr. Osvaldo Batista: Vocês aqui do bairro do Choque, o senhor como uma pessoa de idade, acho que um dos mais veteranos aqui do bairro, essa coisa toda, o que você dizem desse camarada aqui, se vem um benefício pra gente ou se no futuro a gente vai ter que ta pagando alguma coisa...

Sr. Alfredo Barbosa Miranda: Não. Só quero avisar pra vocês: isso aqui era cercado, sabia? Era cercado! Era a fazenda!

Sr Osvaldo: Pois é, mas só estamos perguntando isso porque o pessoal me falaram, quando ele cercou aí tirou a condição do pessoal tarrafejar aí porque a cerca tá quase no meio do igarapé. É verdade isso?

Dona Sebastiana Barbosa dos Reis: É verdade. Era cerca direto, pra onde a gente ia.

Sr. Alfredo: É verdade. Todo mundo passava...Pra onde a gente tombar tem, que não pode passar pro lado daqui. Isso aqui é cerca direto. Eu ainda pesco! Não tem pesca aqui do lado de casa e ela vai pescar! Mesmo com a cerca. A gente vai beirando o espaço...

Pesquisadora: Mas não tem capanga pra impedir a passagem?

Dona Sebastiana: Não. Ele colocava assim (faz sinal com as mãos), ele colocava bem aqui, no verão, né? Quando eles plantaram, quando fizeram a plantação, eles colocaram um arame elétrico pras passagem. Mas agora ele tirou.

Sr. Alfredo: Eu vô dizer uma coisa pra vocês! Nós estamos no rol aqui, estão se acabando tudinho aqui, porque o que nós vimos, o que nós vivemos aqui de gado, nós caía aqui por cima de gado, de noite!

Dona Sebastiana: Agora no inverno está tudo cercado, mas não tem a cerca elétrica. Agora aqui por perto tem essa fazenda aqui...

Sr. Osvaldo: Tá comprando essas áreas que tão acabadas de criação, né?

Sr. Alfredo: Eles tão no Paraíso (a fazenda)! Eles tão comprando pra tudo. Esse Paraíso aqui.

Sr. Osvaldo: É do Homero Lobato, né? Foi doado essa área da fazenda para os Capuchinos... Quer dizer, foi pra Arquidiocese de Belém, mas com o comando dos Capuchinos. Esse camarada, tem uma história.

Sr. Alfredo: Essa aqui o pai dela foi um que morava lá!! Veio daqui da fazenda!

Dona Sebastiana: Que quando nós viemos, não tinha nada de casa por aqui, não! Era pouca casa, não tinha, a gente vinha-direto...Não, a gente veio da fazenda. Porque não podem parar, porque tinha um tempo, eles saíam. Porque a minha mãe adoeceu muito, e aí por causa da doença o meu pai não quis mais ficar na fazenda. Era do finado...Era dos Frades, aí do outro lado Era dos Frades! Miriam Frade! Benedito Frade, Emiliano Frade... Aí foi que nós viemos.

Sr. Alfredo: Todo é nossa! A maior parte era daqui! Nós geramos! Não tinha casa, eram poucas casas. Era uma ou duas. O pessoal? Tudinho de fazenda! A maior parte de fazenda! Olhe com 30 anos de, quem mora em fazenda com a carteira assim, já fica como empregado novo, de novo. Eles indenizam, eles aposentam, né?

Dona Sebastiana: Meu pai trabalhava na cerca, mas ele era empregado mesmo, só que ele não gostava muito de negócio de cavalo, ele gostava mais de trabalhar assim.



Cerca de arame da nova fazenda encurrala o Bairro do Choque



Rua do Bairro do Choque



Pescador

Mas esse também trabalhava em fazenda, mas ele também era carpinteiro. Terminava a safra e nós ia embora! Nós ia daqui no meio de agosto e vinha em dezembro. Forrava, pescava...Ia lá pras banda de Jenipapo plantar. O patrão dele mesmo que nós nos empregamos, ele não queria que nós saísse, só que meu pai disse. Aí ele não queria, não queria, só que o meu pai disse que não! Não dava mais pra continuar porque. A mãe dele era doente. Tinha que ficar todo o tempo no médico e não dava pra ela ficar pra lá e pra cá. E uma casa que nós morava lá ele mandou desmanchar e antes dela morrer ele vendeu. Olha, nós éramos 8 irmãos. Agora nós somos três, parece.

Sr. Alfredo: Vocês já foram ali naquela rua? Vão por aqui, essa rua aí é o melhor que vocês enxergam o Por Enquanto! Enxergam! Pode perguntar que enxergam! Mas tem que ir agora! Por Enquanto é um casa de fazenda! Só que fica na beira. Nesse igarapé não, porque seca! E tudo é Teso!

Sr. Alfredo: Ah, parceiro, mas isso não é toda vez que acha! É pra Ilha do Fogo pra cá, aqui no Fortaleza. E a fazenda dos Frade ainda existe; existe todas elas! Eles tem várias! E tão tudo falidas! É roubo de gado.-Agora não, agora parou, mas de primeiro, um fazendeiro fazia embarque de gado do outro, era aquela confusão! Agora não, agora como já tem poucos, né? Cobrar de quem?

B688 Boletim informativo Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – N. 7 (ago. 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014 il.; 30 cm.

Irregular.

Coordenação geral do PNCSA: Alfredo Wagner Berno de Almeida (CESTU/UEA/PPGCSPA) e Rosa Elizabeth Acevedo Marín (NAEA/UFPA/PPGCSPA).

ISSN 2358-6672

1.Conflitos sociais – Amazônia – Periódicos. 2. Comunidades tradicionais. 3. Desmatamento. 4. Territorialidade. 5. Cartografia. 6. Mapeamento social. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marín, Rosa Elizabeth Acevedo.

CDU 528.9:316.48(811)(05)



O Boletim Território de Povos e Comunidades Tradicionais no Arquipélago de Marajó responde ao pedido de elaboração deste material formulado inicialmente pelos participantes no Encontro Regional em Macapá, (24 e 25 de abril de 2012) reafirmado durante os Encontro Inter – Núcleos de Portel (2 a 5 de outubro de 2012), Encontro em Curralinho (2 a 3 de julho de 2013) e ademais as oficinas de mapas realizadas em Curralinho, Portel e Cachoeira do Arari. Atualmente, a prioridade destes agentes sociais debater a gestão territorial e dos recursos em condições de inserção em – Reservas Extrativistas, Projetos de Assentamento, propostas que estão confrontadas em alguns casos com os pleitos de titulação coletiva de territórios quilombolas.



ISSN 2358-6672

PROJETO EXECUTADO COM RECURSOS DO



REALIZAÇÃO

ARQUIRMA
ARQUIG
ARQUICOSTT

APOIO

